

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

1 1. ABERTURA: No dia 08 de junho de 2022, às 14h00, foi realizada virtualmente, pela  
2 Plataforma Microsoft Teams, a 70ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de  
3 Biodiversidade, CONABIO. O Sr. **Douglas Rezende**, Secretário Adjunto Substituto de  
4 Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente – SBio/MMA e o Sr. **Wagner Fischer**,  
5 Diretor Substituto do Departamento de Espécies – DESP/SBio/MMA deram início à  
6 reunião. Estavam presentes os membros: Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** da  
7 Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Nelson Ananias** da Confederação da  
8 Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. **Leandro Silveira** do Instituto Onça Pintada  
9 – IOP; Sr. **Paulo César Garcia Brandão** do Ministério da Defesa – MD; Sr. **Cléber**  
10 **Oliveira Soares** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr.  
11 **Samuel Rezende Paiva**, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;  
12 Sr. **Ricardo José Macedo dos Santos** do Ministério da Economia – ME; Sr. **Luiz**  
13 **Eduardo Andrade de Souza** do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Bruno**  
14 **Henrique Rodrigues de Melo** do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; Sra.  
15 **Márcia Chame** do Ministério da Saúde – MS; Sr. **João Pessoa Moreira Junior** do  
16 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;  
17 Sr. **Marcos Venâncio** e a Sra. **Luciana Della Coletta** do Instituto Chico Mendes de  
18 Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Sra. **Ana Lúcia de Souza Santoro** do Jardim  
19 Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

20

21 2. APROVAÇÃO DA PAUTA.

22 A minuta da pauta da reunião compreendeu os seguintes itens:

23 1. Abertura.

24 2. Aprovação da Pauta.

25 3. Aprovação da Ata da 69ª Reunião Ordinária.

26 4. Informes:

27 4.1. Formação dos painéis de especialistas

28 4.2. Publicação da nova Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção

29 5. Apresentação da minuta do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade –  
30 CONSERVA+ e sobre o período de consulta aos Membros da Comissão.

31 6. Palavra aberta aos Membros.

32 7. Encerramento.

33 A Pauta foi aprovada por unanimidade.

34

35 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

36 A Sra. **Márcia Chame** (MS) opinou que a ata não representa as discussões abordadas e  
37 nem as falas, especialmente as falas dos técnicos, que são muito pertinentes,  
38 principalmente quando trata de temas que são específicos e técnicos, que é o objeto de  
39 discussão da CONABIO. Solicitou que as próximas atas tragam essas falas. Mencionou  
40 que as atas anteriormente eram feitas dessa forma e não só sobre alguns pontos específicos  
41 escolhidos efetivamente e não de toda a transcrição do que foi discutido na reunião.  
42 Colocou que essa é uma questão importante para ter a memória da CONABIO, que é um  
43 órgão bastante importante, que foi criado a partir dos acordos que o Brasil é signatário  
44 internacionalmente. Essa memória é fundamental para compreender esses processos de  
45 como o País aborda, decide e encaminha as suas políticas públicas de biodiversidade,  
46 complementou.

47 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) confirmou junto à Secretaria Executiva da  
48 CONABIO, maior atenção às falas dos técnicos nas atas e informou que enviará nas  
49 próximas atas a transcrição integral de todas as falas para serem avaliadas pelos membros.

50 A Sra. **Márcia Chame** (MS) concordou.

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

51 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) mencionou ter enviado ajustes à  
52 minuta da ata e pediu para verificar se estes já tinham sido incorporados.

53 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) confirmou que os ajustes propostos pela Sra.  
54 Márcia não chegaram ao e-mail DESP e, por isso, não foram incorporados; e lembrou  
55 também que em reuniões passadas, após terem sido produzidas e apresentadas atas longas  
56 e detalhadas, foi consensuado pelo pleno que elas deveriam ser mais enxutas para facilitar  
57 a leitura prévia antes da aprovação; e que ficou consensuado também que se houvesse a  
58 vontade ou a necessidade de que determinada fala ficasse registrada, o locutor deveria se  
59 manifestar no ato da fala para que o assunto viesse a “constar em ata”. Por fim, questionou  
60 os membros se havia mais algum outro ajuste a fazer na ata.

61 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) informou ter também enviado  
62 considerações.

63 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) sugeriu, então, que não houvesse a aprovação da  
64 ata para que fosse possível verificar as contribuições do MS e CNI que não chegaram ao  
65 DESP a tempo.

66 A Sra. **Márcia Chame** (MS) concordou e disse que tem enviado mensagens para o  
67 endereço gabinete.sbio@mma.gov.br (o mesmo que envia o convite da reunião).

68 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) verificou que a falha estava nessa comunicação e  
69 informou que a partir da presente reunião seria feita a padronização das mensagens para  
70 evitar problemas e facilitar o controle sobre as mensagens, passando essa  
71 responsabilidade ao endereço do DESP ([desp@mma.gov.br](mailto:desp@mma.gov.br)), que é a Secretaria Executiva  
72 da CONABIO.

73

### 74 4. INFORMES:

#### 75 4.1. FORMAÇÃO DOS PAINÉIS DE ESPECIALISTAS:

76 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) informou que o painel de elasmobrânquios  
77 recebeu contribuições envolvendo as espécies de tubarão: *Prionace glauca* (Tubarão-  
78 azul), *Isurus oxyrinchus* (Tubarão-mako), *Carcharhinus acronotus* (Tubarão-de-focinho-  
79 negro), *Carcharhinus brevipinna* (Tubarão-galha-preta), *Carcharhinus falciformis*  
80 (Tubarão-luzidio) e *Carcharhinus leucas* (Tubarão-cabeça-chata). Cada membro  
81 interessado apresentou um especialista por família. Sendo assim, o Ministério da Saúde  
82 indicou o Sr. Rodrigo Barreto, que é da Sociedade Brasileira de Elasmobrânquios; a  
83 Embrapa, apresentou a Sra. Fernanda de Oliveira Lana e o Sr. Luiz Gustavo Cardoso, da  
84 FURG; o ICMBio indicou além do ponto focal do CEPSUL, a Sra. Roberta Santos, a Sra.  
85 Rosângela Paula Lessa, da UFRP e o Sr. Otto Bismarck Fazzano Gadig, da UNESP. O  
86 MAPA, o Sr. Bruno Leite Mourato, da UNIFESP e o Sr. Rodrigo Santana da UNIVALI.  
87 Outros membros não se manifestaram em relação a esse painel. Pelo DESP foi indicado  
88 o analista Carlos Targino como mediador, e a relatora a Sra. Camila Steiner. No painel  
89 de flora madeireira há duas famílias botânicas. As espécies envolvidas são o *Astronium*  
90 *ulei* (Muiracatiara), *Amburana acreana* (Cerejeira), *Hymenolobium heterocarpum*  
91 (Angelim-pedra) e *Peltogyne lecointei* (Roxinho). Dos membros que se manifestaram, os  
92 especialistas indicados pelo Ministério da Saúde foram o Sr. Domingos Benício Oliveira  
93 Silva Cardoso, da Univ. Federal da Bahia, e o Sr. Luciano Paganucci de Queiroz, da  
94 Universidade Estadual de Feira de Santana. Pela CNA, o Sr. Marco Antônio Amaro, da  
95 Universidade Federal do Acre, e o Sr. Evaldo Muñoz Braz, da Embrapa. Pela CNI, o Sr.  
96 Lucas José Mazzei de Freitas, da Embrapa, e a Sra. Patrícia Povoá de Mattos, da Embrapa  
97 também. Pelo Jardim Botânico, o ponto focal é o Sr. Eduardo Pinheiro Fernandez,  
98 pesquisador do Jardim Botânico. E os especialistas são o professor Sr. José Rubens Pirani,  
99 da USP, e o Sr. Vidal de Freitas Mansano, do Jardim Botânico. Pelo DESP, o mediador  
100 será o analista Matheus Andreozzi, e Sra, Camila Steiner também será a relatora.

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

101 Informou que essas convocações estavam prontas e minutadas e que aguardam apenas  
102 marcar a data de reunião inaugural para disparar para todos os especialistas. Comentou  
103 que, além desses, houve a expectativa de se criar o painel da queixada, (*Tayassu pecari*),  
104 mas como não houve indicação de especialistas e o aporte de dados por parte de quem se  
105 propôs a contestar a avaliação da espécie (proposta encaminhada pelo IOP, por parte de  
106 outra organização), o painel não obteve as informações necessárias para ser implantado.  
107 Dessa forma, a queixada ficou classificada de acordo com a atual avaliação  
108 (permanecendo na mesma categoria da avaliação de 2014). Observou que a espécie já  
109 havia sido incorporada à lista, publicada naquele dia (Portaria 148/2022).

110 A Sra. **Márcia Chame** (MS) solicitou mais explicações sobre a não formação do painel  
111 da queixada.

112 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) justificou que havia sido definido como um dos  
113 critérios para a criação do painel, a indicação de especialistas pelo próprio Membro que  
114 levantou o questionamento da avaliação sobre o estado de conservação ou ameaça da  
115 espécie em foco, além dos especialistas de outros Membros interessados. Então, era uma  
116 condição obrigatória para que o painel fosse à frente essa indicação. Lembrou ainda que  
117 não estavam sendo discutido no âmbito dos painéis a importância ou não da espécie ou  
118 algo do tipo. Mas sim, a possibilidade de recondução da avaliação ou não em função de  
119 novos dados aportados serem suficientes para isso ou não. Explicou que quando isso  
120 acontece os painéis são abertos a partir de um questionamento inicial norteador para os  
121 especialistas sobre a existência de dados capazes de contestar categoricamente o grau de  
122 ameaça em que a espécie foi categorizada na proposta. No caso do painel do queixada, o  
123 questionamento original foi encaminhado por meio do IOP, porém, depois o próprio  
124 Instituto não apresentou a indicação de especialista, desistindo do pleito, o que tornou a  
125 criação do painel desnecessária.

126 A Sra. **Márcia Chame** (MS) perguntou o que era IOP.

127 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) esclareceu que era o Instituto Onça-Pintada,  
128 representante das ONGs na CONABIO. Reforçou que o questionamento original do IOP  
129 com relação ao grau de ameaça proposto para o queixada. Porém, como eles não  
130 indicaram os especialistas no prazo acordado, o painel, apesar de ter recebido o aporte de  
131 especialista do Ministério da Saúde e de outros Membros interessados, acabou não sendo  
132 criado, conforme foi acordado na última reunião. Informou também que, em razão desta  
133 situação, a espécie permanece com a mesma classificação de ameaça apresentada  
134 originalmente na proposta de avaliação do ICMBio em 2021. Logo, essa categoria de  
135 ameaça ficou referendada e foi incorporada na nova lista.

136 A Sra. **Márcia Chame** (MS) compreendeu.

137 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) comentou que manteria os membros informados  
138 sobre o andamento das reuniões dos painéis e que os resultados destes seriam divulgados  
139 para o pleno, sobre a necessidade ou não de ser reconduzida a reavaliação das espécies  
140 envolvidas ou se seriam acatadas as propostas apresentadas pelo ICMBio e pelo JBRJ.

141 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) complementou, informando que, a partir da  
142 reunião inaugural, os painéis têm 90 dias para chegar à conclusão sobre a suficiência de  
143 dados e decisão final do encaminhamento.

144

### 145 4.2. PUBLICAÇÃO DA NOVA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE 146 EXTINÇÃO:

147 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) comunicou que no mesmo dia da reunião, foi  
148 publicada a nova lista de espécies ameaçadas, que foi fruto da Resolução CONABIO nº  
149 8/2021 e reforçou que as espécies contempladas nos painéis não estavam na lista.

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

150 O Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) deixou registrado o interesse do IBAMA  
151 em participar dos dois painéis.

152 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) manifestou surpresa com a publicação  
153 da portaria já que, na última reunião da plenária, em conjunto com CNA e MS, comentou  
154 que a própria portaria coloca restrições ao manejo florestal sustentável, que deveria ter  
155 mais discussão em relação aos termos da 443 e da Instrução Normativa nº 1, de 2015, que  
156 coloca restrições ao manejo dessas espécies consideradas vulneráveis. Mencionou ter  
157 entendido que a Secretária tinha concordado com esse posicionamento sobre realizar  
158 essas discussões no âmbito da CONABIO. Relatou que isso não aconteceu, que a portaria  
159 tinha sido publicada e que todas aquelas restrições começavam a vigorar a partir da  
160 publicação.

161 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) explicou que esse ponto específico seria discutido,  
162 e que inclusive era o próximo item de pauta. Porém, como já havia bastante tempo sem  
163 atualização da lista, optou-se por publicá-la de imediato e fazer essa discussão, com esse  
164 recebimento de aporte com relação às regulamentações que acompanham as listas, no  
165 contexto da consulta e discussão da minuta da revisão normativa mais abrangente, que  
166 será um dos próximos assuntos da pauta.

167 O Sr. **Nelson Ananias** (CNA) reiterou a fala do Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso  
168 (CNI) que mencionou que o texto das instruções seria discutido antes, que essa aplicação  
169 de imediato causaria grande impacto no setor. Julgou que não aconteceu o que foi acertado  
170 nas últimas reuniões: trabalhar o corpo das portarias antes da alteração das listas.

171 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) colocou que paralelamente à discussão da  
172 lista, estavam sendo revistos todos os normativos que regulamentam o processo de  
173 avaliação das espécies, inclusive todas as normativas que envolvem o programa Pró-  
174 Espécies, trazendo-as para o novo Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade,  
175 chamado Programa Conserva+. Explicou que fazendo isso e transferindo para uma única  
176 portaria todos esses regramentos, será possível regulamentar e indicar com clareza quais  
177 são as restrições, e quais seriam as condições para que se possa fazer o manejo, o uso  
178 sustentável e também os planos de conservação aplicados a cada uma dessas espécies.  
179 Explicou que a norma ampliará o número de instrumentos de conservação ao mesmo  
180 tempo em que dará maior dinâmica ao processo de avaliação, permitindo publicar listas  
181 atualizadas anualmente. Dessa forma, não será mais necessário esperar 10 anos ou todo o  
182 processo de um ciclo completo de avaliação para todas as espécies para que a lista das  
183 ameaçadas seja atualizada. A cada ano, havendo novas avaliações, as espécies avaliadas  
184 serão submetidas ao processo na CONABIO e incorporadas ao regramento por meio de  
185 uma nova portaria. A portaria trará a atualização das listas anualmente e não terá mais as  
186 autorregulamentações de cada grupo taxonômico, visto que todas estarão previstas e  
187 consolidadas dentro do programa Conserva+. Esclareceu ainda que nas últimas reuniões  
188 já havia sido comentado que deveria haver um primeiro passo para primeiro atualizar as  
189 listas instituídas nos anexos das Portarias 443, 444 e 445/2014, o que foi feito por meio  
190 da Portaria 148/2022, e que um segundo passo ainda deverá ser feito na regulamentação  
191 desse novo programa, incorporando todas as auto-regulamentações dessas portarias de  
192 2014 para dentro de um ato só do Ministério, refletindo em todas as suas entidades  
193 vinculadas, quando então tais portarias antigas poderão ser substituídas e revogadas.

194

195 5. APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO PROGRAMA NACIONAL DE  
196 CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – CONSERVA+ E SOBRE O PERÍODO  
197 DE CONSULTA AOS MEMBROS DA COMISSÃO

198 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) apresentou a minuta do novo programa,  
199 explicando que ele traz as estratégias políticas de reconhecimento de avaliação e gestão

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

200 das espécies em todo o processo de avaliação e esclarece como se dá todo esse processo,  
201 que hoje está distribuído em mais de uma normativa. O Programa incorpora instrumentos  
202 consagrados como os Planos de Ação Nacionais (PAN) e os Planos de Recuperação para  
203 peixes e invertebrados aquáticos, além de incorporar os Planos de Redução de Impactos  
204 (PRIM), e trazer inovações, como os Planos de Refauna ou Re flora (Planos de  
205 reintrodução de espécies da fauna ou da flora) e os Planos de uso para espécies que não  
206 estão nas categorias de ameaçadas. Além disso, também regulamenta como se dará a  
207 assessoria técnica (ou grupos de assessoramento técnico), sejam eles no nível ministerial  
208 do MMA e de suas entidades vinculadas, seja quando isso precisar de uma articulação  
209 interministerial ou interestadual. Informou que ao final da reunião seria encaminhada por  
210 e-mail a minuta do Programa Conserva+ para consulta, análise e contribuições dos  
211 membros no prazo de 30 dias. Quando consolidadas as informações e contribuições, a  
212 minuta seria repassada à CONJUR para publicação, em conjunto com a publicação de  
213 novo ato contendo a Lista de ameaçadas em seus três anexos, porém sem as  
214 autorregulamentações, que já estarão na portaria do programa Conserva+, permitindo  
215 assim se revogar a 443, 444 e 445 de 2014, conforme mencionado. Por fim, questionou  
216 aos membros de CNI e CNA se suas preocupações tinham sido atendidas e colocou o  
217 Departamento de Espécies à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

218 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) julgou o tempo insuficiente para envio  
219 de contribuições e devolutivas até a próxima reunião da CONABIO.

220 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) respondeu que, caso necessário, seria convocada  
221 uma reunião extraordinária para contemplar essa devolutiva.

222 O Sr. **Cléber Oliveira Soares** (MAPA) propôs a extensão do prazo para 45 dias.

223 O Sr. **Luiz Eduardo Andrade de Souza** (MRE) sugeriu que os membros indicassem as  
224 alterações na minuta, no formato de comentários do Word, para facilitar o processo de  
225 revisão.

226 A Sra. **Márcia Chame** (MS) concordou com as falas sobre a extensão do prazo e as  
227 indicações das alterações. Mencionou que boa parte desses planos de ação, são executados  
228 por especialistas, membros, setores e universidades que acabam compondo e contribuindo  
229 com informações para os planos de ação. Julgou interessante que um programa desse  
230 tamanho, pudesse ouvir essas pessoas, que acabam se comprometendo, inclusive nos  
231 planos de ação, para execução de atividades que contribuem para que esses planos  
232 cheguem a contento. Manifestou preocupação em relação aos planos de uso de espécies  
233 silvestres, que estava sendo discutido no CONAMA, a questão da criação e  
234 comercialização de espécies silvestres brasileiras, sendo o único país no mundo que faz  
235 isso. Informou que estavam trabalhando com a publicação sobre o risco de termos  
236 adensamento dessas populações em condições sanitárias não adequadas e risco de  
237 emergência de novos vírus e de zoonoses que não são trabalhados de maneira adequada  
238 nessa situação. Julgou ser uma decisão, uma responsabilidade para o Brasil extremamente  
239 forte e importante que precisa ter um debruçar de especialistas nessa área e não só do  
240 pessoal da área da criação, veterinários da área da criação animal. Alertou que estamos  
241 vivendo um cenário de emergência vivido e pensado especialmente nas aves, com entrada  
242 de um vírus novo no Brasil, que é o vírus do oeste do Nilo, que circula em espécies de  
243 passarinhos, que é um alvo importante. Então, junto com isso vem os centros de triagens,  
244 reabilitação dos animais, que são assuntos extremamente complexos, de muita  
245 responsabilidade. Reforçou que precisam avaliar para assumir as consequências das  
246 decisões que são tomadas.

247 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) comentou que seriam 45 dias no âmbito da  
248 CONABIO, pois na realidade já houve reuniões e revisões bastante técnicas que estão

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

249 sendo conduzidas há quase dois anos, com IBAMA, ICMBio, JBRJ, SAP/MAPA e  
250 CONJUR.

251 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) concordou com a colega Sra. Márcia  
252 Chame sobre a necessidade de participação e/ou debate em relação ao Programa Nacional  
253 de Conservação da Biodiversidade e se preocupou em ouvir que será simplesmente uma  
254 consolidação. Relatou não querer consolidação em relação à 443 e a tudo que advém dela.  
255 Comentou que não gostaria que o texto fosse simplesmente colocado num formato de  
256 programa nacional e opinou que esse é o papel da CONABIO, discutir a política para  
257 biodiversidade. Questionou como esse Programa conversa com o Pronabio e como levar  
258 essa discussão política e estratégica para dentro da CONABIO. Por fim, perguntou se  
259 seria publicado como portaria.

260 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) confirmou e explicou que esse programa será  
261 abrangente. Citou que o Pró-Espécie tem um tratamento hoje mais voltado para a  
262 conservação das espécies ameaçadas de extinção. Neste programa, o regramento se abriu  
263 ao manejo e conservação para todas as espécies que compõem a biodiversidade brasileira,  
264 no que tange às atribuições desta pasta do Ministério, sendo um Programa Nacional a ser  
265 publicado por portaria do MMA, como o Programa Pró-Espécie também é. Respondeu  
266 ao questionamento da Sra. Márcia Chame sobre a necessidade de mudar o nome do  
267 Projeto Pró-Espécies, dizendo que isso não aconteceria e nem haveria necessidade, visto  
268 que o novo programa também incorpora o processo de avaliação e os critérios  
269 consagrados da UICN, não alterando as perspectivas do projeto nesse sentido. Informou  
270 que o novo programa segue e respeita a mesma concepção e o mesmo arcabouço jurídico  
271 aplicado ao tema e que tem a expressão Nacional por ser igualmente de abrangência  
272 nacional as prerrogativas do assunto pelo Ministério.

273 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) sugeriu o prazo para o dia 1º de agosto para envio  
274 de contribuições.

275 O Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) ressaltou a importância da fala da Sra.  
276 Márcia Chame, quanto à discussão da questão sanitária e do retorno dos animais à  
277 natureza. Informou que a legislação preconiza essa ação e determina ao IBAMA, como  
278 órgão executor da Política Nacional do Meio Ambiente, a prioridade do retorno dos  
279 animais apreendidos pelo tráfico e pela entrega voluntária, à natureza. Manifestou  
280 satisfação ao observar o IBAMA retornando a essas discussões. Sobre a colocação do Sr.  
281 Mário Cardoso, observou que a CONABIO, nesse prazo até a publicação, está criando  
282 uma lacuna (problemas) para os Estados, que são os principais usuários na questão de  
283 autorização dos planos de manejo. Sugeriu a criação de uma regra de transição até a  
284 publicação formal do Programa.

285 A Sra. **Márcia Chame** (MS) colocou o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz  
286 à disposição para auxiliar na avaliação técnica e na proposição de protocolos. Informou  
287 que o Brasil dispõe de uma rede importante de laboratórios de referências na saúde  
288 humana e na agropecuária. A questão da vigilância da emergência das zoonoses tem sido  
289 tratada com entusiasmo numa relação bastante importante com o Ministério da  
290 Agricultura, e gostaria da presença do meio ambiente para unir forças. Julgou  
291 fundamental a participação do IBAMA e ICMBio no processo, para que as questões  
292 tragam pertinência e responsabilidade, além de todo o arcabouço de diversidades e com  
293 bastante competência. Mencionou outra questão fundamental a ser discutida e que vem  
294 sendo discutida no âmbito da agricultura e na saúde humana, que é a questão da micro  
295 biodiversidade brasileira, que faz parte desse processo de conservação no impacto, não só  
296 na saúde humana, na saúde ecossistêmica. Relatou a parceria com o IBAMA na  
297 CONABIO há alguns anos e considerou terem um excelente capital humano para realizar  
298 muitas coisas. Informou acreditar que os planos de ação e conservação das espécies sejam

## Ata da 70ª Reunião Ordinária da CONABIO

299 o lugar onde muitas dessas preocupações e encaminhamentos podem estar incorporados.  
300 Por isso, julgou importante discutir um programa como esse, com toda a sua  
301 complexidade e com toda a expertise que o Brasil dispõe. Colocou que, apesar de verificar  
302 que este tema seja um objeto do Ministério do Meio Ambiente, entende que essa questão  
303 rebate e perpassa diversos outros órgãos e complementou que todos estavam lá justamente  
304 para ajudar, para somar forças nesse processo, com muita possibilidade de êxito, se todos  
305 trabalharem em conjunto.

306 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) questionou o quanto poderia circular  
307 internamente (na sua instituição) o documento para conseguir otimizar contribuições.

308 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio/MMA) colocou que a abertura do documento fica a  
309 critério do bom senso dos membros e da capacidade técnica das instituições em aportar  
310 as melhores contribuições, mas reforçou que tal processo não deve ser aberto  
311 indiscriminadamente pelas instituições envolvidas até sua consolidação final.

312 O Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA) informou que o prazo ficou expandido até 1º de  
313 agosto e que a minuta para consulta seria enviada ainda naquele dia, imediatamente após  
314 a reunião. Questionou se algum membro gostaria de falar no próximo item da pauta e,  
315 como não houve manifestações, solicitou que o Sr. Luiz Eduardo Andrade de Souza  
316 fizesse um informe sobre a CDB.

317

### 318 6. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS:

319 O Sr. **Luiz Eduardo Andrade de Souza** (MRE) expôs que em Nairóbi, a partir do dia  
320 20, iniciaria uma nova reunião do Grupo de Trabalho Aberto do Marco Global da  
321 Biodiversidade, seria a quarta reunião desse grupo de trabalho, após as reuniões que  
322 aconteceram em Genebra, em março deste ano. Essa seria direcionada especificamente  
323 para o Marco Global, para debater cada uma das metas e objetivos. O Brasil espera manter  
324 estrita articulação com os países em desenvolvimento, como já vinha fazendo, pois têm  
325 posições muito semelhantes às nossas, como Argentina, África do Sul, Índia, Equador,  
326 China. Colocou que esperam avançar nas negociações, mas sabem que existe uma  
327 polarização muito grande entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.  
328 Mencionou que algumas das propostas que foram apresentadas pelos países  
329 desenvolvidos, sobretudo os europeus, são um tanto irrealistas da perspectiva brasileira e  
330 também de outros países em desenvolvimento. O saldo positivo dessa reunião de Genebra  
331 foi que o Brasil conseguiu manter uma forte articulação com outros parceiros e até com  
332 países desenvolvidos, que normalmente estão do outro lado, mas que concordam que é  
333 necessário ter metas simples, mais facilmente comunicáveis para o grande público, como  
334 é o caso do Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, países que se mostraram  
335 mais alinhados ao Brasil. Em relação à COP da CDB, informou que estão aguardando a  
336 presidente chinesa definir a data e o local, mas que provavelmente será realizada ainda  
337 este ano, já que originalmente estava prevista para maio de 2020 e atrasou por causa da  
338 pandemia.

339

### 340 7. ENCERRAMENTO:

341 Não havendo manifestações dos membros, o Sr. **Douglas Rezende** (SBio/MMA)  
342 agradeceu e encerrou a reunião.